

Seu Dinheiro

Celso Ming

Abertura comercial esbarra em decisão apressada



Ninguém que observe friamente a transformação da economia brasileira nos últimos anos deixará de reconhecer a importância da abertura comercial. Foi decisivo seu papel na melhoria dos produtos oferecidos no

mercado interno e, de julho para cá, na contenção da inflação. Mas reconhecer o caráter imperioso da abertura comercial e econômica para o Brasil e para qualquer país que queira acompanhar a evolução da economia mundial não implica afirmar que qualquer abertura é boa.

Se há algo de positivo a se extrair da confusão em que o Governo se meteu nos últimos dias a respeito da fixação de cotas para a importação de automóveis — e que até serviu de roteiro para mais encenação desse grande ator político que é o presidente Carlos Saúl Menem — é a lição de que, mal feita, a abertura pode provocar resultados desastrosos.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.024, que define novas

normas para a importação de automóveis e cria condições para o aumento dos investimentos no setor automobilístico, o Governo enfrentou uma saraivada de críticas, porque ela representou uma brusca mudança das regras que estavam em vigor e haviam inspirado decisões empresariais importantes. Mudanças assim geram intranquilidade. Mas esse foi o preço que o Governo teve de pagar pelo erro que cometeu no ano passado, ao acelerar demasiadamente um processo de abertura que caminhava bem. A abertura, embora necessária, não pode ser feita a qualquer preço, é o que o Governo reconhece agora.

Pelos dados que já se conhecem a respeito da balança comercial e do nível de atividade da economia, no entanto, a MP não é tão importante por aquilo que mais ostensivamente ela parece ser, isto é, instrumento para conter as importações de automóveis. Essas importações, mesmo que apresentem ainda algum crescimento neste mês, por causa das decisões de caráter defensivo tomadas pelos importadores — antecipação das encomendas, para tentar escapar das restrições —, tenderão a diminuir daqui para frente, fosse ou não editada a MP. São cada vez mais claras as indicações que o nível de consumo cai,

razão pela qual devem cair as importações (inclusive as de carros, que neste ano, até agora, estão mais de 400% superiores às de 1994).

A MP 1.024 é mais importante por aquilo que parece ter de acessório, de decorativo. Trata-se das primeiras definições do que será a política para o setor automotivo, de acordo com os critérios gerais definidos com os demais países do Mercosul em dezembro do ano passado, no Tratado de Ouro Preto. É também a primeira ação concreta do Governo na direção de uma política industrial.

Para muitos, uma decisão como essa tomada no meio da gritaria em torno da fixação de cotas para os carros não passa de mero oportunismo político. Pode ser. Mas, se for, será uma pena, pois não terá sequência.

O desejável é que a MP 1.024 seja, mesmo, o primeiro passo na definição de uma verdadeira política industrial, na qual esteja definida com clareza qual a velocidade desejável para a abertura comercial e na qual sejam estabelecidas regras em que todos possam confiar. Só com regras explícitas e respeitadas por todos, sobretudo por seus autores, será possível criar um ambiente de confiança que propicie decisões de longo prazo, como as relativas aos investimentos na produção.



A reação de Carlos Menem à medida provisória dos carros levou o Governo a reconhecer o açodamento